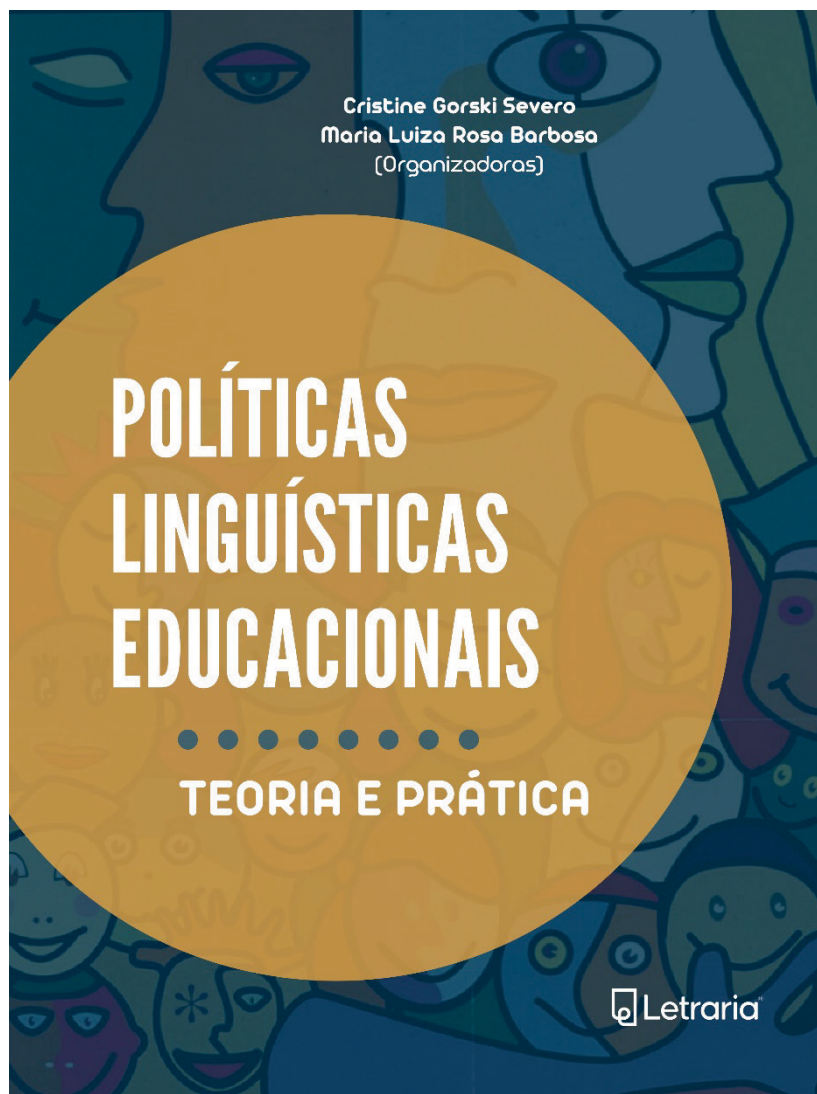


RESENHA/REVISIÓN/ REVIEW



SEVERO, C.; BARBOSA, M. L. R. (org.). *Políticas linguísticas educacionais: teoria e prática*. Araraquara: Letraria, 2025. E-Book. Disponível em: <https://www.lettraria.net/politicas-linguisticas-educacionais-teoria-e-pratica/>. Acesso em: 24 jul 2025.

Renata Pereira Felício Billancieri*
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Os estudos das políticas linguísticas educacionais são de extrema importância na formação de um professor agente glotopolítico, capaz de atuar na educação sob uma perspectiva crítica e decolonial. Contribuindo com essas áreas, o livro *Políticas linguísticas*

* Doutoranda em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), professora efetiva de Língua Inglesa na Rede Municipal de Educação de Campo Grande/MS e atua como coordenadora pedagógica na mesma instituição. E-mail: renata.felicio@ufms.br.

educacionais: teoria e prática, organizado por Cristine Gorski Severo e Maria Luiza Rosa Barbosa, apresenta uma coletânea de treze artigos de diversos pesquisadores do Brasil e de outros países, abordando temas relevantes e atuais da área. Dentre os temas abordados, há discussões sobre gestão, políticas educacionais envolvendo relações entre sujeitos e as práticas de ensino e aprendizagem, com textos de inclusão, educação bilíngue de surdos, educação linguística decolonial, além de parcerias institucionais entre o Sul Global.

Selecionamos para a presente resenha os artigos *Paulo Freire e as políticas linguísticas educacionais: da educação como prática de liberdade* de Cristine Gorski Severo (Universidade Federal de Santa Catarina) e Maria Luiza Rosa Barbosa (Universidade Federal de Santa Catarina), *Professor Agente Glotopolítico: reflexiones desde las escuelas de frontera*, elaborado pelas autoras Emanuele Krewer (Universidade Federal de Santa Maria), Angelise Fagundes da Silva (Universidade Federal da Fronteira Sul) e Eliana Rosa Sturza (Universidade Federal de Santa Maria) e por fim, o artigo *Formação do professor de língua materna: um olhar para a matriz curricular de um curso de Letras em contexto de fronteira* de autoria da professora Charlene Bezerra da Universidade Federal de Rondônia. Os artigos escolhidos possuem como fio condutor o enfoque nas políticas linguísticas educacionais e tratam da gestão linguística micro e macro. Além disso, subsidiam o sujeito professor em sua prática educativa reflexiva como um agente glotopolítico.

O prefácio é de autoria de Sinfree Makoni, da Penn State University, em que ele destaca o papel das políticas linguísticas educacionais em diferentes contextos com reflexões teóricas e práticas diversificadas.

Na apresentação, as organizadoras mencionam que o livro é resultado de três anos de execução do projeto “Oralidades, multilinguismos e letramentos políticos: diálogos com a educação”, coordenado pela professora Cristine Gorski Severo, apoiado pelo grupo de pesquisa de Políticas Linguísticas e Direitos Linguísticos da Universidade Federal de Santa Catarina, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O livro reúne textos que foram apresentados ou discutidos no *I e II Encontro de Políticas Linguísticas Educacionais*, ocorridos respectivamente nos anos de 2023 e 2024, sendo esses eventos remotos pelo canal no Youtube do grupo PoLiTicas. Apesar da vasta abrangência da obra, destacamos alguns artigos que estão mais próximos do campo das políticas educacionais.

No artigo inicial, intitulado *Paulo Freire e as políticas linguísticas educacionais: da educação como prática de liberdade*, as autoras Cristine Gorski Severo e Maria Luiza Rosa Barbosa, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina, entrelaçam as contribuições epistemológicas e políticas de Paulo Freire no campo das políticas linguísticas educacionais. Desta forma, o principal destaque é na “prática de liberdade”, tendo em vista um mundo globalizado em que o multilinguismo e multiculturalismo são referências tanto por grupos neoliberais quanto por visões mais críticas.

As autoras dividem o artigo em três partes. A primeira é dedicada ao pensamento crítico de Paulo Freire, que segundo Joaquim e Oliveira (2021) apresentava, mesmo naquela época, “uma perspectiva decolonial”, comprometida com processos de libertação. Na segunda parte do artigo, apresentam-se dois exemplos de políticas linguísticas educacionais: (1) discussão sobre currículos (escolares) e (2) o movimento de descolonização do ensino superior. As autoras destacam que os currículos são elaborados com base em um contexto cultural, político e social, e muitas vezes por grupos técnicos e burocráticos sem a devida participação da comunidade escolar, visando em sua maioria o caráter conteudista do ensino. Assim, faz-se necessário que os currículos sejam formulados democraticamente, e que possam “[...] garantir a todos uma base cultural e científica comum e uma base comum de formação moral e de práticas de cidadania (relativa a critérios de solidariedade e justiça, à alteridade, à descoberta e respeito do outro, ao aprender a viver junto, etc.)” (Libâneo; Oliveira; Toschi, 2012, p. 492).

Sob essa perspectiva, pensar em uma descolonização da educação que leve em consideração a realidade local, distanciando de uma visão puramente eurocêntrica, o que demanda uma política linguística bem estabelecida que seja capaz de levar em conta a diversidade linguística, seja nos espaços formais (escola de nível básico ou superior) seja em espaços não formais (locais). Em relação à descolonização do ensino superior, diversas universidades ao redor do mundo têm se manifestado e realizado discussões sobre suas práticas. Tais práticas podem ser exemplificadas com os movimentos sul-africanos pela redução das mensalidades,

implementação de línguas africanas nas instituições e ampliação de internacionalização nas universidades brasileiras. Outro ponto relevante é o movimento *slow university* que prioriza o pensamento e aprendizagem em detrimento da produtividade excessiva. Destaca-se também, a relação da descolonização e da educação pública em que a estrutura acadêmica possa ser orientada pelo interesse comum e não pela produção neoliberal.

Nas considerações finais destaca-se o papel das políticas linguísticas educacionais com a teoria e prática, e, para além disso, de uma prática de liberdade em defesa da valorização e formação de sujeitos livres, autônomos e políticos atuantes em espaços compartilhados com o outro.

O artigo supracitado destaca-se pela forma com que as autoras promovem diálogos entre diversos pesquisadores do campo pedagógico educacional e de políticas linguísticas buscando uma reflexão sistematizada e interdisciplinar do tema.

Outro artigo de relevância na obra é nomeado *Professor Agente Glotopolítico: reflexiones desde las escuelas de frontera*, elaborado pelas autoras Emanuele Krewer (Universidade Federal de Santa Maria), Angelise Fagundes da Silva (Universidade Federal da Fronteira Sul) e Eliana Rosa Sturza (Universidade Federal de Santa Maria). O texto discute o papel do professor como agente glotopolítico no Arco Sul do Brasil, região de fronteira entre países como Paraguai, Uruguai e Argentina e os estados do Paraná, de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, mais precisamente na fronteira das Missões.

Para tanto, o artigo foi dividido em três seções (1) *Perspectivas Glotopolíticas e a Fronteira*, (2) *Professor de Línguas na Fronteira*, (3) *Uma mirada Glotopolítica para um Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola de fronteira*. Na primeira parte, as autoras apresentam o conceito de glotopolítica segundo Guespin e Marcellesi.

O termo glotopolítica pode ser usado com duas finalidades: para evocar práticas e para designar a análise. A glotopolítica, portanto, é ao mesmo tempo uma prática social, da qual ninguém escapa ("todo mundo faz política sem saber", seja um simples cidadão, seja o ministro da Economia), e pode se tornar uma disciplina de pesquisa, um ramo hoje necessário da sociolinguística (Guespin; Marcellesi, 2021, p. 16).

Assim, as pesquisadoras adotam tanto a ação política quanto metodológica da glotopolítica, considerando o que Lagares (2021) define como "um ponto de vista" para observar e intervir na linguagem, seja no âmbito macro, como as políticas de Estado, ou no campo micro, nas ações sociais dos falantes e seus familiares.

Utilizam-se contextos fronteiriços específicos, marcados por uma diversidade linguística composta pelas línguas oficiais de cada país (português e espanhol), pelas práticas sociais do "portunhol", por línguas de imigração, como alemão, italiano e polonês, e por línguas indígenas como o guarani, entre outras.

Cabe destacar que os contextos fronteiriços são espaços singulares em que os modos de convivência são decididos pelas relações entre os sujeitos, com espaços de pluralidade, sejam étnicas, linguísticas ou culturais. Entretanto, nem todas as formas de comunicação são respeitadas. Alguns conflitos linguísticos surgem por diferentes valorizações culturais, políticas e sociais de determinada língua, segmentando as ideologias linguísticas e o surgimento de estereótipos e preconceitos.

Na segunda seção, as autoras tratam do papel do professor de línguas na fronteira como um agente glotopolítico capaz de interferir positivamente na visão dos alunos sobre as línguas que os cercam cotidianamente, desmistificando preconceitos e estigmas de modo a promover interação em sala de aula.

Quando professores e professoras engajados numa pedagogia baseada no diálogo, como queria Paulo Freire (1970), criam condições para que seus estudantes se expressem, fazendo da sala de aula um local legítimo para sua cultura dialogar com outras manifestações culturais, quando todas as vozes e todas as questões sociais tenham a possibilidade de ocupar aquele espaço, a reconfiguração das relações linguísticas se situa num horizonte de mudança muito mais amplo (Lagares, 2018, p. 96).

Compreende-se que o professor pode articular o fazer prático, teórico e político, assumindo seu papel como agente glotopolítico que reflete sobre a realidade e sobre a função social do seu trabalho.

Para isso, é preciso repensar práticas atreladas a um currículo incoerente, descontextualizado e colonizador e buscar melhorias no processo de ensino e aprendizagem que realmente desenvolvam sujeitos críticos, responsáveis e conscientes capazes de agir em contextos não apenas linguísticos, mas também sociais, históricos e políticos.

A última parte do artigo é dedicada ao estudo de um Projeto Político Pedagógico de uma escola de fronteira. Para isso, as autoras se colocam no papel de analistas e agentes glotopolíticos, buscando refletir sobre a presença ou não de especificidades no ensino de língua espanhola no contexto fronteiriço.

Foi verificado que o Projeto Político Pedagógico mencionava três objetivos gerais relacionados ao ensino de língua espanhola, sendo eles: i. Oportunizar diversas atividades que contribuem para a aprendizagem de comunicação e escrita; ii. Estimular a aprendizagem de um idioma estrangeiro, contribuindo para a inclusão linguística dos cidadãos; iii. Proporcionar aos alunos contato com as manifestações culturais produzidas por países onde se fala espanhol e que o município faz fronteira.

Após as análises, as autoras sugeriram ampliar as discussões sobre a proximidade do espanhol, desmistificando-a como língua de distanciamento, “do outro”, mas sim, uma língua que mesmo sendo diferente do português, está próxima, presente no cotidiano dos falantes locais, das pessoas que circulam pela cidade. Desta forma, é possível refletir sobre a identificação ideológica do português como única língua, e pensar em um contexto de multilinguismo. Para além disso, a contribuição é sobretudo na construção de um sujeito crítico, que seja consciente da sua proximidade não apenas geográfica, mas também histórica, social, cultural, ambiental e comportamental.

Nas considerações finais, é reafirmado o espaço de diversidade da fronteira como espaço multilíngue, bem como do papel fundamental da escola e do professor como agente glotopolítico que pode atuar no Projeto Político Pedagógico, articulado com a realidade sociolinguística ao seu redor.

As autoras finalizam sugerindo que uma ação glotopolítica do professor auxiliará na formação de alunos e sujeitos glotopolíticos. Outro artigo que destacamos no presente livro é denominado *Formação do professor de língua materna: um olhar para a matriz curricular de um curso de Letras em contexto de fronteira*, de autoria da professora Charlene Bezerra da Universidade Federal de Rondônia.

Logo na introdução, a autora contextualiza sua pesquisa como uma análise da matriz curricular de um curso de licenciatura em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, na Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *campus* de Guarajá-Mirim, cidade situada na fronteira do Brasil com a Bolívia. Desta maneira, desenvolve um estudo sobre as disciplinas disponibilizadas, com o intuito de saber se oferecem ou não uma formação multilíngue aos egressos do curso em uma região de fronteira.

A matriz curricular é primordial em um Projeto Pedagógico de Curso (PPC), documento que pode ser pautado em teorias tradicionais, críticas ou pós-críticas. Segundo Pinheiro (2009, p. 18) “as teorias pós-críticas abordam com ênfase as preocupações com a diferença, com as relações saber-poder no âmbito escolar, o multiculturalismo, as diferentes culturas raciais e étnicas”. Contudo, a autora defende a ideia de que o currículo de uma região de fronteira deveria ser de base crítica e pós crítica, além de abordar disciplinas escolhidas por docentes com formação em práticas distintas.

Diante disso, tanto o currículo quanto o PPC passaram por modificações. Após reformulação do PPC, o curso de Letras-Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas passou a ser denominado de Letras-Língua Portuguesa se adequando às propostas da Secretaria da Educação Superior.

A autora divide o artigo em quatro partes, sendo: *O processo ocupacional de Rondônia*; *A criação de uma universidade e do curso de Letras-Língua Portuguesa (licenciatura) no espaço de fronteira*; *O campo teórico condizente com uma formação multilíngue*; *Análise: a matriz curricular do curso de Letras-Língua Portuguesa (licenciatura)* e por fim as considerações finais.

Na primeira parte há uma contextualização da localização do estado de Rondônia e um breve histórico de sua criação, sendo um estado da região norte do Brasil que pertence à Amazônia Legal. O estado passou a ter sua ocupação territorial, concomitante com a ocupação da Amazônia. Primeiramente, durante o ciclo da borracha, depois, na construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré e por fim, incentivada pela política de doação de terras da União por volta de 1970 com o deslocamento de pessoas das regiões sul e sudeste do Brasil.

Rondônia possui como característica uma formação de migração em sua população, tanto com indivíduos das regiões sul, quanto com imigrantes de diversos países como Grécia, Líbia e França, além da fronteira territorial com a Bolívia. A capital do estado, Porto Velho, também apresenta essas características e a cidade de Guarájá-Mirim, além de fazer fronteira por rio com a cidade boliviana Guayaramerín, concentra ainda mais diversidade pela presença dos povos ribeirinhos, seringueiros, extrativistas e o maior número de etnias indígenas, sendo o maior município em extensão territorial e ocupar o oitavo lugar em população.

Dito isso, cabe destacar que a diversidade linguística é um grande desafio para a formação de professores de Língua Portuguesa que sejam sensíveis à realidade local. Em outro tópico, a autora discorre sobre a criação do curso de Letras-Língua Portuguesa. Em 1989, movimentos sociais liderados pela Associação de Professores de Guarájá-Mirim (APROG) reivindicavam a implementação de um campus universitário na cidade. Em razão dessas reivindicações o curso foi implementado. As características da região atraíram projetos e pesquisas de diversos países, como Holanda, Bélgica e França, principalmente após o surgimento do Centro de Pesquisas Linguísticas da Amazônia (CEPLA).

Na década de 1990 surgiu o mestrado em *Ciências da Linguagem* com enfoque central nas pesquisas sobre as línguas, o que acarretou uma abordagem voltada para linguística descritiva e teórica. Muitos egressos tornaram-se docentes e participaram da reformulação do PPC, embora sem maiores contribuições da área da Linguística Aplicada e formação docente. A autora destaca a utilização do termo *profissionais da linguagem* ao invés de *professor* no PPC, e em sua concepção, deveria haver um papel relevante sobre as práticas curriculares se levassem em consideração os campos teóricos da Linguística Aplicada, Políticas Linguísticas e Decolonialidade.

As bases da Linguística Aplicada (LA) e das Políticas Linguísticas são apresentadas no tópico seguinte, de modo a contribuir com uma reflexão sob uma perspectiva multilíngue e multicultural capaz de subsidiar a resolução de problemas da prática de linguagem. Depois disso, é apresentada a análise da matriz curricular do curso do ano de 2018 com disciplinas obrigatórias e optativas. Mediante as análises, a autora constata que as disciplinas de LA e de Políticas Linguísticas se concentram nas disciplinas optativas, o que pode acarretar um aluno que saia do curso sem a devida formação em um contexto fronteiriço, deixando de atender às necessidades educacionais da região. Além disso, outra disciplina considerada complementar é a de Culturas Indígenas, que sofreria a mesma sanção. Pinheiro (2009, p. 13) ressalta que “[...] formação de professores para a educação básica com ênfase na construção de um currículo crítico deve se ocupar em formar o professor para além do domínio do conteúdo, para que se preocupe com o que ensinar, com as desigualdades sociais, em trabalhar o conhecimento em sala de aula voltado para o interesse das classes dos trabalhadores e que valorize a diferença dos alunos”.

Por essa razão, a autora defende nas considerações finais que o PPC dos cursos de licenciatura é documento e instrumento para subsidiar uma formação docente além dos aspectos linguísticos, como fonte importante na construção de professores capazes de problematizar e transformar os espaços multilíngues de fronteira a que pertencem.

É possível notar que os artigos selecionados apresentam exemplos teóricos e práticos de como o campo das políticas linguísticas educacionais se relacionam com o cotidiano escolar e acadêmico, envolvendo e propondo reflexões para os professores da área de Letras, não apenas com um “reprodutor de currículo” engessado, mas sim como um sujeito atuante, crítico, decolonial, um professor realmente glotopolítico.

A principal contribuição do livro *Políticas linguísticas educacionais: teoria e prática* é reunir diferentes trabalhos atuais de pesquisadores tanto do Brasil, quanto de outros países, abrangendo uma vasta temática.

O livro é recomendado para estudantes das áreas de Letras e Linguística, e interessados no ensino de línguas sob uma perspectiva das políticas linguísticas educacionais em contextos diversos.

REFERÊNCIAS

- GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. Defesa da Glotopolítica. Trad. Marcos Bagno. In: SAAVEDRA, M. M. G. *et al.* (org.). *Gltopolítica e práticas de linguagem*. Niterói: EdUFF, 2021. p. 11-49. (Trabalho original publicado em 1986).
- LAGARES, X. C. *Qual política linguística?* Desafios gltopolíticos contemporâneos. São Paulo: Parábola, 2018.
- JOAQUIM, B. S.; OLIVEIRA, L. M. P. Paulo Freire na genealogia da pedagogia decolonial: uma leitura de *Extensão ou comunicação?* *Inter-Ação*, Goiânia, v. 46, n. especial, p. 914-929, set. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/68056/37244>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- LAGARES, X. C. Uma leitura da “Defesa da Gltopolítica”. In: SAAVEDRA, M. M. G. S.; PEREIRA, T. C. A. S.; LAGARES, X. C. (org.). *Gltopolítica e práticas de linguagem*. Niterói: EdUFF, 2021. Cap. 10, p. 51-62.
- LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
- PINHEIRO, G. C. G. Teoria curricular crítica e pós-crítica: uma perspectiva para a formação inicial de professores para a educação básica. *ANALECTA*, Guarapuava, Paraná, v. 10, n. 2, p. 11-25, jul./dez. 2009.



Recebido em 02/08/2025. Aceito em 30/03/2026.

Publicado em 15/10/2026.